

Parecer n.º 322/2012

Data: 2012.10.16

Processo n.º 403/2012

Entidade consulente: Centro Hospitalar (...)

I - Factos e pedido

1. A solicitou ao Centro Hospitalar (...), relatório clínico, referente ao ex-marido, para *“apresentar ao Ministério Público e Tribunal de (...) para contestar um testamento e as assinaturas”*.

A requerente justifica o pedido de acesso declarando precisar de contestar um testamento datado de (...) de 2006 (período durante o qual se encontrava internado, após ter tido um AVC). Alega que os irmãos do seu ex-marido *“forjaram um divórcio para se apoderarem de todos os seus bens”*.

Como tal, pretende saber *“em que condições em Novembro de 2006 depôs em tribunal”, e “em que condições foram feitas assinaturas que lhes permitiram tentar vender uma casa e dois lotes de terreno. Duas assinaturas feitas entre Setembro e Novembro do mesmo ano em que foi declarado o divórcio”*.

2. A entidade requerida, tendo dúvidas sobre a decisão a proferir, solicitou o parecer da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto, Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), as entidades a quem tiver sido dirigido requerimento de acesso a documentos administrativos podem expor à CADA dúvidas que tenham sobre a decisão a proferir, a fim de esta entidade emitir parecer.

Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.

2. A entidade consulente encontra-se sujeita à LADA: alínea d), n.º 1, artigo 4.º.
3. O acesso livre e generalizado aos documentos administrativos constitui um princípio geral da LADA (artigo 5.º): *“todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo”*.

A LADA considera documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome: artigo 3.º, n.º 1, alínea a).

Como refere o Acórdão de 31 de agosto de 2011 do Supremo Tribunal Administrativo (Processo n.º 0758/11), “para que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”.

Assim, o acesso àquele tipo de documentos é livre e generalizado, sem que haja necessidade de apresentar qualquer tipo de justificação ou fundamentação.

No entanto, a LADA identifica algumas restrições ao direito de livre acesso:

- a) Quando os documentos contenham, acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciações ou juízos de valor, ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada - informação nominativa (n.º 5 do artigo 6.º);
- b) Quando os documentos contenham “segredos de empresa” (n.º 6 do artigo 6.º);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 6.º).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

4. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada” [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde, da vida sexual, de convicções ou filiações filosóficas, políticas, religiosas, partidárias ou sindicais.

São ainda nominativos os documentos administrativos que contenham opiniões sobre a pessoa (nomeadamente as expressas em processos de averiguações, de inquérito e disciplinares), os que traduzam descontos no respetivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade privada.

¹ Cfr. sobre o tema, por exemplo, J. J. Gomes Canotilho / Vital Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda / Rui Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra, 2005, p. 430; J. Renato Gonçalves, *Acesso à Informação das Entidades Públicas*, Coimbra, 2002, pp. 51 e ss.

Nesta perspetiva, considerou o Supremo Tribunal de Justiça, em 28 de setembro de 2011 (Processo n.º 22/09.6YGLSB.S2), e citando o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, em 31 de maio de 2006 (CJ III/210), que, neste âmbito, *“o que se pretende abranger e tutelar é apenas «o núcleo duro da vida privada» e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas”*.

Assim, dados como o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, as habilitações académicas e/ou profissionais não são, à luz da LADA, elementos que traduzam em si mesmos apreciações, juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, pelo que são, em geral, de livre acesso por se enquadrarem no conceito de documentos administrativos não nominativos.

Os documentos nominativos são comunicados, apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse direto, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 do artigo 6.º).

- 5. Os documentos nominativos *“são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”* (n.º 6 do artigo 7.º).
- 6. O acesso a informação de saúde integra matéria respeitante à reserva da intimidade da vida privada do respetivo titular da informação e é, por isso, de natureza reservada.

Dado que a requerente não é titular da informação, nem dispõe de autorização escrita do mesmo, há que aferir da existência de um interesse direto, pessoal e legítimo no caso em apreço.

A requerente pretende ter acesso a relatório clínico do ex-marido (falecido), com o intuito de apresentar o mesmo em sede judicial, pretendendo com tal esclarecer em que condições de saúde se encontrava o falecido quando realizou determinados atos, como a redação de um testamento, uma comparência em tribunal e assinaturas de alegada permissão para venda de imóveis.

A determinação da existência desse interesse, no caso concreto, terá em conta a ponderação entre o direito de reserva à intimidade da vida privada e a necessidade, por parte da requerente, de demonstrar que o ex-marido não estava em condições de saúde que permitissem a realização de negócios jurídicos, o que, a ser verdade, terá prejudicado a sua situação patrimonial.

- 7. A CADA tem entendido que no que respeita, especificamente, à ponderação entre o direito de reserva à intimidade da vida privada e o exercício do direito de acesso à

justiça, existe interesse direto, pessoal e legítimo. Leia-se a doutrina CADA exposta no parecer n.º 121/2011²:

“(...)É doutrina da CADA que se encontra demonstrado o interesse directo, pessoal e legítimo nas situações em que o requerente pretende fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação. Nestas circunstâncias o acesso é autorizado se a motivação e as finalidades invocadas pelo requerente permitirem concluir que o acesso é adequado, necessário e não excessivo³.

No que respeita à informação de saúde do pai da requerente, já falecido, aquela refere que o pedido consiste na recolha das “informações [que se destinam] a ser analisadas para uso em processo judicial” e que o acesso visa o eventual uso dos dados clínicos de seus pais em processo judicial com eles relacionado.

A necessidade de conhecer a mencionada informação integra o conceito de interesse directo, pessoal e legítimo nas situações em que familiares próximos da pessoa falecida pretendem fazer valer direitos ou interesses atendíveis para justificar a quebra relativa da privacidade do titular da informação⁴.

Será o caso de o acesso à informação constituir uma forma apta e idónea de avaliar criteriosamente a eventual utilização de meios judiciais, configurando-se assim, o exercício do direito de acesso como pressuposto necessário a uma decisão esclarecida⁵.

Entende-se que a situação referida se enquadra na previsão da lei e da doutrina expostas, aferidas de acordo com o princípio da proporcionalidade, devendo o direito de acesso aos documentos administrativos prevalecer face ao direito à protecção da privacidade e da intimidade⁶.

Deste modo, poderá a requerente aceder à informação de saúde requerida referente ao pai falecido (...).

8. No caso concreto, a requerente pretende a informação clínica para exercer o seu direito de acesso à justiça, numa vertente de protecção dos seus direitos patrimoniais. Alega a requerente que deseja conhecer as circunstâncias em que o mesmo efetuou determinados negócios jurídicos que prejudicaram a sua esfera jurídica patrimonial. Estamos perante um interesse direto, legítimo e pessoal da requerente na informação clínica do seu ex-marido. Sendo esta informação potencialmente idónea

² Disponível em www.cada.pt

³ Cfr. Pareceres da CADA n.ºs 7/2010, 19/2010 e 23/2010, disponíveis em www.cada.pt.

⁴ Ver Pareceres n.º 32/2006 e n.º 137/2006, disponíveis em www.cada.pt.

⁵ Ver parecer n.º 172/2009, disponível em www.cada.pt.

⁶ No mesmo sentido os Pareceres da CADA n.º 328/2009 e n.ºs 152, 250 e 251/2008, disponíveis em www.cada.pt.

para fazer prova do que alega, parece-nos razoável considerar este interesse suficientemente relevante segundo o princípio da proporcionalidade.

Isto porque é adequado o acesso à informação clínica dado que este é, eventualmente, idóneo para o fim pretendido pela requerente; é necessário, porque só assim poderá provar uma eventual incapacidade do falecido para a prática de negócios jurídicos; e é razoável, porque não é desproporcional o sacrifício da reserva da intimidade da vida privada do falecido, face ao interesse demonstrado pela requerente.

Acresce que a requerente juntou certidão do Tribunal de Família e Menores e de Comarca de (...) , datada já de 2010, em como era cabeça-de-casal em autos de Inventário/Partilha de bens em Casos Especiais (sendo o requerido o falecido), bem como uma notificação dos Serviços do Ministério Público de (...), em que a mesma figura como ofendida.

9. Determina o n.º 2 do artigo 8.º, que *“os documentos nominativos comunicados a terceiros não podem ser utilizados para fins diversos dos que determinam o acesso, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, nos termos legais”*». O fim invocado na presente situação é a entrega do relatório clínico do falecido, em Tribunal e no Ministério Público, para aferir da conformidade legal do testamento do mesmo e das assinaturas que permitiram a realização de negócios jurídicos relativos a imóveis.

III - Conclusão

Face ao exposto, entende-se que deve a entidade requerida facultar o acesso à informação de saúde solicitada.

Comunique-se.

Lisboa, 16 de outubro de 2012

Artur Trindade (Relator) - Pedro Delgado Alves - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - João Perry da Câmara - Helena Delgado António (voto a conclusão) - António José Pimpão (Presidente)